

RELAÇÕES PAIS/MÃES/FILHOS EM DIFERENTES CONTEXTOS DA FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.

Questões antigas que representam aspectos importantes da vida das famílias são discutidas à luz da situação atual da família tendo em vista as transformações que ela vem sofrendo, e pela importância social cada vez maior que lhe está sendo reconhecida pelas Leis, das áreas de Assistência Social, da Saúde, da Justiça e da Educação, como matriz do desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. Atenção a questões específicas como as que serão discutidas deveriam ser cada vez mais preocupação do poder público e estar cada vez mais em pauta na definição das políticas sociais e na agenda dos profissionais dessas áreas, entre os quais estão eles, os psicólogos, por meio de diálogos interdisciplinares que contemplem a complexidade das mesmas e a necessidade da colaboração e da troca entre os diversos saberes.

INCERTEZAS E INSEGURANÇA DOS PAIS NA TAREFA DE EDUCAR FILHOS NA PÓ-MODERNIDADE. *Rosa Maria Macedo (PUC/SP)*

Tendo em vista as enormes e rápidas mudanças que ocorrem neste mundo cada vez mais sem fronteiras, sobretudo pela avalanche de informações que circulam vertiginosamente pelos meios de comunicação e inundam os espaços públicos e privados sem qualquer filtro que permita distinguir os contrastes e as diferenças entre culturas, educar os filhos atualmente se tornou uma tarefa complexa, tanto pelas novas posições que ocupam na sociedade e na família homens e mulheres em função do impacto das mudanças já mencionadas, as quais interferem não só no tempo de contato face a face entre pais e filhos, mas sobretudo pela incerteza e insegurança dos pais em relação aos valores, crenças e costumes que devem transmitir a seus descendentes; o consumismo, a ânsia de novidade, a urgência em obter satisfação, um sistema de educação que deixa muito tempo ocioso para as crianças e jovens, os perigos presentes nas ruas (violência, drogas, bebidas alcoólicas), a prática de sexo sem responsabilidade, entre outros, são desafios para o cumprimento dessa tarefa, produzindo incertezas, insegurança e mesmo culpa, como apontam os resultados da pesquisa interventiva que realizamos com pais de extratos médios da população de uma ONG, na cidade de São Paulo. Foram realizados Grupos de Reflexão abertos, cujos participantes variavam de 20 a 30 familiares, quinzenalmente pelo período de um ano. Os resultados mostraram grande melhora na auto estima dos mesmos, além de uma apropriação do seu lugar de autoridade diante dos filhos e a prática de diálogos em lugar de violência nas relações.

Nível do trabalho: Pós-Doutorado - PD

Palavras-chave: Relações familiares; práticas educativas; pós-modernidade.

Área da Psicologia: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

GESTÃO NA PRISÃO E RELAÇÕES FAMILIARES. *Leda Fleury, Rosalice Lopes, outros (UNINOVE/SP)*

Este trabalho apresenta resultados parciais de um estudo que se iniciou em agosto de 2012 e se estenderá até agosto de 2014 vinculado ao projeto docente intitulado Identificação de possíveis fatores de risco psicológico na gestação, parto, puerpério e primeiro ano de vida em filhos de mães encarceradas. Tem como objetivo identificar possíveis fatores de risco que podem influenciar o desenvolvimento psicológico de crianças nascidas em unidades prisionais, produzidos na e a partir da relação das mulheres gestantes e seus familiares. A perspectiva de nos aproximarmos das prisões

femininas deixando de lado preconceitos e estereótipos e adotando uma visão mais humanista e menos maniqueísta abre condições para explorar os valores e concepções que as mulheres presas e seus familiares possuem. É um estudo transversal, de natureza quali-quantitativa, uma vez que os dados se originam de questionários e também de entrevistas aprofundadas com os familiares. Paralelamente, será realizada pesquisa documental, pelo levantamento dos prontuários disponíveis e acessíveis em duas penitenciárias femininas da cidade de São Paulo, dos últimos 5 anos, que registrem a ocorrência de gestação durante o encarceramento. Até o momento, os dados apresentados referem-se ao levantamento quantitativo obtido por meio de questionários respondidos pelos visitantes, que tinha por finalidade, dentre outras, identificar seu perfil, conhecer suas motivações e concepções sobre a situação da mulher presa – membro de sua família e seus filhos e refletir sobre suas expectativas, medos e superações. São apresentados dados de 66 questionários e a partir deles pode-se observar que 100% acha a visita importante e necessária para a presa. Sobre a presa ter direito de ter seu filho na prisão as respostas se dividem entre considerações sobre a natureza da mulher – ser mãe- e o sofrimento desnecessário para a criança que nascerá. 68% acredita ser obrigação da família, cuidar da criança enquanto sua mãe estiver presa e 88% aceitaria cuidar da criança, caso a mãe pedisse. 80% acha que a mãe presa deve aproveitar seu direito de ficar com a criança durante os seis meses permitidos, por causa da amamentação e da possibilidade de criação de vínculo. Parece que a dicotomia existente entre a família pensada (idealizada por nossa sociedade e que permanece subjacente ao projeto de construção de uma família), e a vivida (revelada nos múltiplos arranjos construídos na convivência e nas dificuldades do dia a dia), que segundo Szymanski permeia nosso imaginário, se apresenta nestes primeiros dados levantados. Devemos nos lembrar de que, de uma perspectiva sistêmica, o sistema carcerário, enquanto entidade relacional passa a fazer parte e ter uma função no sistema familiar de cada presa. Conhecer mais de perto as famílias dessas mulheres certamente ampliará a oportunidade de reflexão sobre sua condição na relação com seus familiares; aprimorará a orientação e encaminhamento das crianças que nascem em prisões, quebrando padrões repetitivos típicos da família e fornecerá indicadores úteis na proposição de políticas públicas no setor.

Nível do trabalho: Outro

Palavras-chave: Mulheres presas gestantes, famílias de mulheres presas, vínculo mãe presa/ familiares.

Área da Psicologia: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

VISÕES DA GESTAÇÃO NO ENCARCERAMENTO. *Rosalice Lopes; Érika Varallo Caseiro*; Ana Paula Brasil*, outros (UNINOVE)*

O estudo objetivou conhecer as características do discurso de mulheres presas sobre sua gestação, identificar as expectativas que as mesmas têm em relação aos futuros filhos (as), verificar como pensam o momento da separação dele (s) e colaborar na produção de indicadores para o atendimento a gestantes, mães e seus filhos na prisão. Foi um estudo transversal, descritivo e qualitativo que se estendeu de agosto de 2012 a junho 2013. Participaram ao todo 12 gestantes que cumpriam penas em duas Penitenciárias da cidade de São Paulo. As participantes tinham entre 20 e 35 anos e incluíram-se no estudo após convite. No primeiro encontro foram apresentados os objetivos e detalhamento do estudo seguindo os requisitos éticos. Foram realizados de 06 a 08 encontros quinzenais utilizando-se entrevistas semiestruturadas. Nos encontros as

gestantes respondiam às seguintes questões: “Como tem passado desde a última vez que nos vimos?” “Alguma novidade quanto à gravidez?” “Recebeu visita? Como foi?” “Quais sentimentos e pensamentos você gostaria de compartilhar comigo hoje?” Por fim, se fosse de interesse, a participante poderia desenhar algo que representasse seus sentimentos naquele encontro. Os resultados apontaram, que as participantes, em sua maioria, têm uma boa aceitação da gestação, embora marcada de tristeza por ela acontecer na condição de encarceramento. Algumas foram presas sem saber da gravidez, enquanto outras engravidaram na prisão. No discurso, a gestação não aparece como opção, mas “obra do acaso” ou porque “Deus quis assim”. As principais angústias referiram-se ao tipo de atendimento recebido na unidade prisional avaliado como precário e desrespeitoso. O pré-natal não acontecia como previsto na legislação causando sensíveis prejuízos ao acompanhamento das mães e fetos. Também foram feitas referências desfavoráveis sobre a qualidade do atendimento médico recebido no pré-natal. Algumas mães pretendiam ficar com o(a) filho(a), após o nascimento, pelos 06 meses garantidos por lei, outras prefeririam entregá-lo(a) a algum familiar. As diferentes opções dessas mães parecem relacionadas a experiências pregressas com as próprias mães, fazendo-nos supor que a disposição para cuidar do bebê possa, em alguns casos, estar relacionada ao tipo de cuidado materno recebido. A partir do estudo admite-se que a gestação e o cuidado para com o filho na prisão se processa na confluência de, pelo menos, dois fatores decisivos. O primeiro vinculado às experiências afetivo-emocionais no desenvolvimento dessas mães, prevalentemente dolorosas e caracterizadas por abandono, privação materna, violência familiar e experiências precoces no envolvimento com drogas e outras práticas criminosas as quais, segundo Spitz, (1960,1988), Bowlby (1960,2002) e Winnicott (1988, 1990) são capazes de produzir sensíveis desajustes na esfera dos relacionamentos, no senso moral e precipitar comportamentos delinquentes. O segundo fator relaciona-se à dinâmica relacional nas prisões que se apresenta como repressora, humilhante, discriminatória e excludente, não propicia cuidados e atenção necessária às gestantes e seus filhos estando focada nas questões de segurança e disciplina, tal qual descritas por Foucault (1977,1984,1996) e Salla (1999). Como discutido por Lopes (2004), para que a mãe presa possa construir uma relação amorosa com seu(ua) filho(a) mudanças urgentes precisam acontecer nas prisões.

Nível do trabalho: Outro

Palavras-chave: Gestação na prisão, prisões, família.

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO DE FAMÍLIA: COMO A VEEM OS RESPONSÁVEIS POR SUA APLICAÇÃO. *Verônica Aparecida da Motta Cezar Ferreira*

A Psicologia preconiza que a participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento biopsicossocial dos filhos, e, no Direito, a Constituição Federal, de 1988, determina a criação dos filhos pelos pais e a convivência familiar. A lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, alterou o Código Civil, introduzindo o instituto da Guarda Compartilhada, determinando que, nos casos de separação ou divórcio, quando não houver acordo entre os pais, o juiz, sempre que possível, deve fixar guarda compartilhada. Juízes de primeiro e segundo graus (juízes de família e desembargadores, respectivamente) ouvidos em pesquisa acadêmica de doutorado, trouxeram sua experiência como pessoas e como profissionais a respeito da importância

da introdução dessa modalidade de guarda na lei brasileira, suas vantagens e dificuldades de aplicação, lembrando que o que deve ser priorizado é o bem-estar das crianças e adolescentes e sua proteção integral. A pesquisa concluiu pela necessidade de preparo dos pais para assumir tal modalidade de guarda e que os juízes não estão preparados para lidar com tal conflito, em razão do substrato subjetivo que encerra, precisando do auxílio de profissionais de outras áreas, particularmente os psicólogos por seu maior conhecimento da subjetividade humana.

Apoio financeiro/Bolsa: não tem

Nível do trabalho: Doutorado - D

Palavras-chave: Visão psicojurídica; Direito de Família; Psicologia da Família; guarda compartilhada

Área da Psicologia: FAMI - Psicologia da Família e da Comunidade

ADOÇÃO: UMA FORMA DE PARENTALIDADE FORTALECIDA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. *Anna Silvia Rosal de Rosal, Rosa Maria Stefanini de Macedo, Ida Kublikowsk (PUC/SP)*

Este trabalho se propõe a compreender como o paradigma vigente na sociedade contemporânea contribuiu para transformara concepção de parentalidade adotiva. Para tanto recorreremos à pesquisa bibliográfica apoiada no referencial teórico psicanalítico e em autores que tratam das relações sociais na contemporaneidade, (Bauman, 2004; Giddens, 1991; Marcatti, 1991). Trata-se de pesquisa bibliográfica em que os dados são obtidos exclusivamente por meio de resultados publicados em diversas fontes bibliográficas, como: artigos científicos, livros, revistas, entre outros. Os vínculos familiares são condição necessária para o desenvolvimento humano. Tais vínculos podem ser estabelecidos a partir de laços consanguíneos ou afetivos. Por muitas décadas, a ideia de constituir uma família foi, predominante, associada ao vínculo biológico. Formar uma família implicava em gerar filhos. A figura do filho de criação surgiu no Brasil Colônia vindo a tornar-se predecessor do filho adotivo. Durante muitas décadas o filho de criação provocou admiração ao receber tratamento próximo ao dispensado aos filhos de sangue. A adoção foi vista, por muito tempo, pela sociedade como uma filiação de segunda categoria. As intensas transformações que marcam o cenário da adoção são reflexos dos anseios da sociedade contemporânea. A mulher, já emancipada, recorre a diversos meios para viver a maternidade, o casamento e a sexualidade. Nesse cenário a associação da adoção a uma filiação de segunda categoria vem enfraquecendo. A área jurídica manifestou-se modificando a legislação que regula o tema permitindo novas configurações, como: adoções monoparentais e por casais homoafetivos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, equiparou a adoção à filiação biológica assegurando-lhe caráter irrevogável. A Medicina apresenta métodos que possibilitam gerar filhos sem a necessidade de gestá-los ou mesmo ter um parceiro. Na atualidade a “barriga de aluguel” e os bancos de sêmen ampliam as possibilidades à maternidade e a paternidade indicando, portanto, que a sociedade mudou sua concepção de parentalidade. A adoção tornou-se um fenômeno de sociedade cuja orientação filosófica se modificou fortemente ao longo do tempo em função das mudanças sociais. Uma importante mudança que afeta diretamente o cenário da adoção, no Brasil e no mundo, é a transformação da família. Esta instituição vem sofrendo intensa modificação ao longo dos anos. A família tem se apresentado cada vez mais frágil, indicando uma dinâmica que oscila do rompimento à recomposição. Os estudiosos dizem ainda que, entre outras questões, a evolução da família implica em



Parte integrante dos resumos de Comunicação Científica apresentados durante a 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Aracaju, 2013.

ISSN 2176-5243

adoções por solteiros e homossexuais não assegurando, portanto, o antigo modelo de adoção que garantia à criança adotada um casal parental.

Nível do trabalho: Pesquisador - P

Palavras-chave: Adoção; mudanças na família; leis de adoção.